

## Bom senso e velhas posições

Antes da reunião de Cartagena, em que se discutirá o problema da dívida externa da América Latina, há como que evidente empenho do Executivo brasileiro em retirar qualquer aspecto emocional e politicamente agressivo que possa ter transparecido da carta que os presidentes da Argentina, do Brasil, do México e da Venezuela assinaram a propósito da escalada das taxas de juros no mercado internacional. É que na verdade nada, na realidade econômico-política, aponta para a necessidade do confronto, que, se poderá ser quase fatal para os bancos credores, será de consequências igualmente desastrosas para os países devedores, especialmente aqueles que dependem da importação de petróleo e matérias-primas. Retirar, pois, da denúncia sobre os efeitos perversos da alta da taxa de juros todo e qualquer conteúdo polêmico parece ser hoje a tarefa a que se dedica o Executivo — tanto mais que sabe não estar sozinho na oposição, ainda que seja meramente verbal, aos efeitos danosos que os juros altos representam para a economia mundial.

É dessa perspectiva que se deve ler o discurso que o presidente Fi-

gueiredo fez ao saudar o presidente Belaúnde Terry, do Peru. O chefe de Estado brasileiro tem razão ao dizer que a crise que atinge os países latino-americanos não é apenas conjuntural; ela decorre de defeitos, se se pode falar assim, do sistema internacional, incapaz de substituir o dólar como moeda-padrão nas trocas internacionais de fazer que o governo norte-americano reduza seu déficit público, uma das causas fundamentais da alta das taxas de juros e da crise que afeta, hoje, os subdesenvolvidos, mas amanhã poderá atingir os países industrializados.

O presidente Figueiredo suscita corretamente o problema que se põe a todos os países devedores, em especial os da América Latina: os sacrifícios impostos aos povos têm sido enormes e é preciso que a solidariedade internacional e o bom senso prevaleçam sobre visões imediatistas. O que leva à conclusão de que os países devedores apenas conseguirão honrar seus compromissos se houver condições de crédito realistas. Isso não basta, entretanto — e é para esse pormenor que convém atentar. Se é que se deseja criar

condições para que a economia mundial retome seu desenvolvimento, é preciso decisão política de que assim se dê. Essa decisão só pode passar por um caminho, aliás assinalado com propriedade pelo presidente Figueiredo: "Conciliar nossos compromissos internacionais, a necessidade de manter níveis de desenvolvimento e produtividade e a capacidade real de realizar desembolsos financeiros sem pôr em risco o equilíbrio e a paz social em nossos países".

O equilíbrio e bom senso reclamados pelo presidente Figueiredo não se requerem apenas dos países devedores, ou em desenvolvimento. Quem leu o relatório anual do BIS — o banco central dos bancos centrais — observará que seus redatores reclamam essa conduta da parte dos Estados Unidos. Eles têm plena consciência dos danos que a política orçamentária norte-americana pode trazer para a economia mundial. Esse mal, já o dissemos várias vezes, não está apenas na elevação necessária das taxas de juros, por causa da pressão do déficit público dos Estados Unidos, aumentando os compromissos dos devedores. O mal reside também em que uma *prime rate*

*dívida Externa*

elevada drena para os Estados Unidos capitais de outras partes para aplicação meramente especulativa. Com isso, o capitalismo deixa de ser um sistema de produção de bens, mercadorias e serviços para ser um sistema meramente argentário, produtor de renda monetária.

Nesse quadro conturbado, o presidente Figueiredo não pôde deixar de se referir ao conflito na América Central e de defender posições conhecidas sobre o que fazer para diminuir os riscos de um confronto maior. Se o bom senso que aconselha no trato dos problemas financeiros é fruto do conhecimento exato da situação, as posições que reitera sobre o conflito na América Central traduzem tão-só o desejo de desvincular-se de uma situação que acabará, mais dia menos dia, queira ou não, afetando o equilíbrio das fronteiras brasileiras. Desse ponto de vista, a visita do presidente Belaúnde Terry não serviu para esclarecer as posições brasileiras no tocante ao combate à subversão internacional, apesar de o Peru, vizinho do Brasil, estar enfrentando os mesmos problemas que os países da América Central.